

DENDÊ COMO PROJETO DE ESTADO: UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA, SOCIAL E ECOLÓGICA PARA A AMAZÔNIA

Benedito Ely valente da Cruz - Mestrando – PP GEO – UFPA

bvalente7@yahoo.com.br

Gilberto de Miranda Rocha – Prof. Dr. UFPA

gilrocha@ufpa.br

1. Introdução

O presente trabalho objetiva discutir a implantação do cultivo de dendê na Amazônia, especialmente no estado do Pará. Para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica a partir de fontes primárias e secundárias que subsidiasse nossa análise espaço-temporal sobre os elementos impulsionadores da cultura do dendê Amazônia/Pará.

A implantação do cultivo de dendê na Amazônia em escala agroindustrial está associado direta e indiretamente ao papel desempenhado pelo o Estado (Governo Federal e Estadual), que viam nessa cultura uma opção de desenvolvimento econômico e social para a Região Amazônica. Segundo (Costa1995) a implantação de grandes empresas agrícolas na Amazônia, foi expressão do processo de modernização conservadora que vinha ocorrendo em outras regiões do país. Tomando como base a literatura produzida desde os estudos exploratórios do IRHO (1955) até os mais recentes, (Bastos 2004), indicam que o papel do estado junto aos fatores edafoclimáticos e territoriais fizeram da Amazônia o espaço privilegiado para o desenvolvimento da cultura do dendê.

Portanto a forma como o espaço foi produzido e está organizado é um importante indicador dos processos produtivos que ali se estabeleceram em um determinado momento. Logo, o espaço aparece como um componente do processo produtivo, podendo se dizer que este assume uma função de extrema importância no processo de reprodução do capital.

Como a produção do espaço não se faz de forma homogênea no espaço e no tempo, as condições demandadas pelo capital para se implantar não estão presentes em todos os lugares, tornando assim os fatores de ordem espacial de fundamental importância para a implantação de qualquer empreendimento econômico, como o de

dendê. Buscamos com este trabalho contribuir para a reflexões sobre o papel do Estado na indução do desenvolvimento, mostrando uma experiência promissora na Amazônia/Pará.

2. O dendê como projeto de estado: uma alternativa econômica, social e ecológica para a Amazônia

A implantação do cultivo de dendê na Amazônia em escala agroindustrial está associada direta e indiretamente ao papel desempenhado pelo o Estado (Governo Federal e Estadual), que via nessa cultura uma opção de desenvolvimento econômico e social para a Região Amazônica, e pela iniciativa privada que a partir dos incentivos concedidos pelo Estado resolveu investir nesse negócio na Amazônia.

A partir dos estudos realizados pelo Institut de Recherches Pour Lês Huiles et Les Oleagineux - IRHO em 1950, a Amazônia foi identificada como a área mais promissora para o desenvolvimento dessa cultura no Brasil. Era nela que existiam excelentes condições edafoclimáticas, além de grande disponibilidade de terras aptas para o cultivo.

Somado a esses fatores, o cenário externo era promissor para essa cultura. De um lado, a demanda por óleo de palma só vinha aumentando no mercado mundial, além do que a produção de óleo de palma nacional quando comparado à produção mundial era insignificante. Isso mostrava que o cultivo do dendê na Amazônia era viável economicamente, pois existia uma demanda de mercado ascendente em nível mundial, além do que o Brasil poderia prover seu próprio mercado interno.

Dessa forma, para entender o desenvolvimento do dendê em escala agroindustrial na Amazônia, é preciso considerá-lo a partir de um projeto de Estado, que como outros projetos econômicos que foram implantados na Amazônia tinham em sua matriz incentivos fiscais e creditícios, que serviam como estimuladores para as empresas investirem na região.

2.1 Dendê: as primeiras tentativas

As primeiras tentativas de introdução do cultivo¹ de dendê na Amazônia não foram resultadas de uma política de Estado, mas fruto do interesse primeiramente individual e depois institucional de pesquisadores ligados aos órgãos de pesquisa da região.

As primeiras espécies foram introduzidas na região (Pará), através do Instituto Agrônomo do Norte - IAN e do trabalho de pesquisa de pesquisadores como Addison e Condurú, mediante cruzamento de espécies locais (*Melanococca*) com as espécies de outros países e regiões brasileiras.

Essas pesquisas possibilitaram o desenvolvimento de cultivares que se adaptaram bem à região. Junto a esses esforços de trabalho, o IRHO, ao incluir em seu programa a hibridação da *Melanococca* com a *Guineensis*, possibilitou o melhoramento genético da espécie, o que abriu caminho para o cultivo do dendê em escala industrial (DFP 1983, 32).

Essas experiências de pesquisas e os resultados alcançados levaram o Instituto de Pesquisa e Experimentação do Norte –IPEAN, (antigo IAN), com o apoio da Indústria e Comércio de Minérios (Icomi), a propor em 1965, na primeira Reunião de Investidores para o Desenvolvimento da Amazônia, a necessidade de se investir em oleicultura do dendê na Amazônia. Inicialmente essa proposta foi rechaçada pela SPVEA, que defendia o aproveitamento das oleaginosas regionais (muru-muru, andiroba, babaçu etc.) (DFP 1983).

Depois que os estudos realizados pelo IRHO comprovaram a potencialidade dessa cultura para Amazônia, o Governo Federal, via Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, resolveu bancar um projeto piloto da cultura do dendê. Esse projeto foi lançado para testar as possibilidades de desenvolvimento dessa oleaginosa em escala agroindustrial, objetivando assim, abrir novos caminhos para o desenvolvimento econômico e social da região.

2.2 As iniciativas do Governo Federal para a cultura do dendê

O marco da ação do Estado para a implantação do dendê na Amazônia deu-se através da sua agência de desenvolvimento na região a SPVEA, que em 1960 lança

¹ Nesse primeiro momento o cultivo não estava direcionado para produção em agroindustrial, visava a introdução de espécies para ver como se adaptariam, ou seja, estava voltada para a pesquisa.

uma experiência piloto em Jenipapauba, município de Benevides-PA, para a cultura do dendê. A partir desse momento o dendê ganha status de política de Estado, passando a fazer parte do pensamento dominante da época, como alternativa para ocupação e desenvolvimento da Amazônia.

Dentro do discurso, “ocupar para não entregar a Amazônia”, o dendê caiu como uma “luva” nos planos de ocupação da região. Ao se apresentar como uma cultura viável, econômica (demanda mercado), ecológica (pode ser plantada em áreas degradadas) e socialmente (intensiva em mão-de-obra) justificava os incentivos fiscais e creditícios que seriam concedidos aos grandes projetos agropecuários e/ou agroindustriais (dendê) que se implantassem na Amazônia.

No caso do dendê, dependendo da parte do projeto (parte rural e/ou agroindustrial) existiam várias fontes de recurso, bem como, o apoio de incentivos fiscais. A parte agroindustrial do projeto contava com fontes de recursos oriundos do POC, do Finame, do Poloamazônia e do IOF; a parte rural contava com o Poloamazônia, com o Programa Nacional de Fronteira Agrícola e do Fiset; ambas desfrutavam de isenção de impostos de renda, ICMS e de isenção de impostos para máquinas e equipamentos importados.

Como justificativa para o financiamento da cultura na região, argumentava-se ser o dendê uma cultura tolerante à região, ou seja, que se adapta a grandes áreas territoriais da Amazônia. Isso levou o Estado brasileiro, tanto a nível federal como estadual, a escolher essa cultura como sinônimo de desenvolvimento sustentável não só ecológico, mas também econômico e social para a Amazônia.

Com jargões ufanistas típicos desse período como, “o mundo tem fome de gorduras” e a Amazônia organizando racionalmente sua produção poderá suprir essa necessidade, procurava-se justificar a necessidade de se investir nessa cultura (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA 1969).

Dentro dessa filosofia megalomaniaca, a Socfinco do Brasil Ltda apresentou em 1976 um projeto para produção de 10.000.000 de toneladas de óleo de dendê. Outra a apresentar um projeto parecido, foi a Cooperativa Agrícola Mista Ltda. (Cooparaense). Seu projeto previa o cultivo de 10.000 hectares de terra e envolvia 500 agricultores

numa área² que transcende o nordeste do Pará, área indicada pelo IRHO como apta para o cultivo de dendê.

O esforço de pesquisa, do IPEAN, somado à conjuntura política favorável ao desenvolvimento do dendê na Amazônia levaram a SPVEA a bancar um projeto piloto em parceria com IRHO, maior referência mundial em pesquisa em oleaginosa no mundo.

Segundo (Pandolfo 1981) o projeto piloto da SPVEA visava testar a possibilidade de cultivo dessa oleaginosa na região, objetivando assim, abrir novos caminhos para o investimento na agroindustrialização do dendê. Ainda segundo a autora, diante da inexperiência do cultivo desta cultura no país e diante dos elevados investimentos demandados, a SPVEA achou melhor desenvolver o projeto.

Originalmente, o projeto foi elaborado pelo IRHO em 1966 mediante um convênio entre a SPVEA e esse instituto francês. No projeto o IRHO se comprometeu com a responsabilidade técnica e execução do plantio, e a SPVEA com a responsabilidade administrativa e financeira.

O projeto piloto compreendia: a) Implantação de 1.500 hectares de plantio; b) Implantação de 1.500 hectares de plantações satélites conduzidos por pequenos agricultores; e c) Montagem de fábrica para extração do óleo.

Mesmo o projeto tendo sido iniciado em 1967 e sendo prevista sua conclusão em 5 anos (1972), o mesmo só foi concluído em 1974, e de forma incompleta³. Só foram implantados os 1.500 hectares do núcleo principal e o resto não saiu do papel. Isso ocorreu devido as dificuldades financeiras encontradas pela Sudam, substituta da SPVEA, levando-a a alienar o projeto à Indústria e Comércio de Fibras Ltda (Fibroco). A Fibroco junto com a Sudam formaram a empresa Dendê do Pará Ltda (Denpal) que, posteriormente foi transformada na empresa Dendê do Pará S.A. (Denpasa).

O esforço de pesquisa agora institucionalizado e fazendo parte de uma política de Estado, lançou em 1980 o Programa Nacional de Pesquisa do Dendê (PNP-Dendê), e em 1982, através da Assessoria de Agro-energia do Ministério da Agricultura, o

² O projeto abrangia municípios fora da área indicada pelo IRHO (Santarém, Monte Alegre, Itaituba, Altamira, Marabá) (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA DO PARÁ, 1992).

³ Não foi implantada a fábrica e nem incentivada a plantação por pequenos produtores nas áreas adjacentes ao projeto.

Programa Nacional para o Dendê (Pronadem). Somado a isso o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira - CNPSD implantou dois campos experimentais de pesquisa, um com 3.000 hectares de plantio localizados às margens do rio Urubu, no distrito Agropecuário da Suframa, a 140 km de Manaus; e outro em Tefé, com uma área de 1.200 hectares.

Com a implantação do Pronadem foram estabelecidas as seguintes metas de ação para a cultura do dendê: estabelecimento de campo de produção de muda de alto valor genético; Prospecção e coleta de germoplasma das espécies *Elaeis oleifra* (Caiaurê) na Amazônia e *Elaeis Guineensis* em dendezaís da Bahia; Controle de pragas; Propagação vegetativa por reprodução assexuada; Levantamento edafoclimático microrregional; Definição de fórmulas de adubação e manejo; Estudo de consorciação e/ou intercalação de cultura; e Formação e capacitação de mão-de-obra.

Os resultados alcançados pelo Pronadem propiciaram uma grande expansão dessa cultura na Amazônia e especialmente no Pará. Os principais resultados alcançados foram: Produção em 1990 de 400.000 mudas com perspectiva de expansão em 1995 de 10.000.000 de sementes, suficiente para implantar anualmente 40.000 hectares; Aprimoramento das recomendações de estabelecimento de níveis de adubação Moju/PA e Manaus/AM; Descoberta de vírus eficiente no combate biológico da Sibinesp, lagarta desfoliadora do dendê; Detecção da baixa eficiência dos insetos polinizadores no Pará; Prática preventiva contra a evolução do Anel Vermelho; e Progresso na reprodução assexuada.

Como resultados das políticas públicas estimuladas pelo PNP-Dendê e do Pronadem foram alcançados resultados que tornaram a Amazônia a maior produtora de óleo de palma do Brasil. (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição da área cultivada e da produção de óleo de palma no Brasil 1996

Discriminação	Área cultivada		Produção	
	Hectares	%	Toneladas	%
Pará	32.977	69,46	65.883	84,99
Amapá	4.000	8,42	6.300	8,13
Amazonas	2.000	4,21	NO	-----
Bahia	8.503	17,91	5.338	6,88
Brasil	47.480	100,00	77.521	100,00

Fonte: AGRIANUAL (apud SANTOS, 1998).

Em 1996, o Brasil já tinha 47.480 hectares de cultivo e uma produção de 77.521 toneladas de óleo de palma. Sendo que desse total apenas, (17,91% área plantada) e (6,88% de produção) não estava na Amazônia, que detém (82,3% de área plantada) e (93,12% de produção). Na Amazônia, o Pará se destacava com 32.977 hectares plantados, representando 69,46 % da área total plantada no Brasil e 84,99 % da produção de óleo de palma nacional.

Segundo Homma et al. (2000, p. 12) os resultados das pesquisas junto ao apoio de grandes grupos empresariais fizeram com que “a cultura do dendê tivesse um dinamismo sem precedente na década de 1990 no estado do Pará” o que levará a produção a ser duplicar até 2005 (Tabela 2).

Tabela 2: Intenção de novos investimentos (hectares)

Estado	Ano						Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Pará	38.611	9.280	8.000	9.810	6.500	5.500	77.701
Agropalma	26.000	5.000	4.000	5.000	5.000	5.000	50.000
Codenpa	2.500	30	300	300	-	-	3.130
Dentauá	2.350	250	500	750	-	-	3.850
Palmasa	3.223	500	500	500	-	-	4.723
Marboges	2.530	500	200	260	-	-	3.490
Yossan	0	3.000	1.500	1.500	-	-	6.000
Denpasa	1608	-	-	-	-	-	1.608
Proj. Estado	400	-	1.000	1.500	1.500	500	4.900
Amapá	3.500	-	-	-	-	-	3.500
Copalma	3.500	-	-	-	-	-	3.500
Bahia	9.572	800	5.400	5.900	0	0	21.672
Jaguaribe	700	500	1.000	1.500	-	-	3.700
Mutupiranga	0	-	-	-	-	-	0
Oldesa	4.000	0	1.000	1.000	-	-	6.000
Pindorama	3.000	-	-	-	-	-	3.000
Opalma	1.872	300	400	400	-	-	2.972
Proj. estado	0	0	3000	3000	-	-	6.000
Amazonas	1.900	0	5.000	5.000	5.000	5.000	21.900
Caiaue	1.900	-	-	-	-	-	1.900
Proj. estado	0	0	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
Total Brasil	53.583	10.080	18.400	20.710	11.500	10.500	124.773

Fonte: Müller, Junior. Org. (2001)

De acordo com essas previsões de investimentos, a área de cultivo esperada para 2005 no Brasil é de 124.773 hectares. Dividindo essas intenções de investimentos por estados, a previsão do Pará é passar de 38.611 hectares para 77.701 hectares distribuídos entre grandes empresas e um projeto de agricultura familiar financiado pelo Governo do Estado.

Ainda segundo (Homma et al 2000), mesmo o estado do Pará apresentando uma grande vantagem sobre os demais estados produtores de dendê, este tem algumas restrições capazes de prejudicar a expansão dessa cultura. Contudo a experiência do passado e sua condição de maior produtor brasileiro, mais de 80% da produção de óleo de palma nacional, abrem-lhe vantagens sobre outras regiões concorrentes nesse seguimento produtivo (Quadro 1).

Quadro 1: Desenvolvimento da cultura do dendê no Pará

Restrições	Vantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de implantação e manutenção de culturas perenes; • Instabilidades das políticas públicas agrícolas; • A produção não é inserida de forma segura na cadeia produtiva; • Aparecimento de doenças, pragas e risco de incêndio; • O valor do investimento é elevado e incerto; • Dificuldades na organização do trabalho coletivo; • Desconhecimento do mercado; • Carência de pesquisa; e • Reduzida infra-estrutura básica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência sobre o plantio, beneficiamento e industrialização do dendê no estado do Pará; • Existência de pesquisa sobre a cultura do dendezeiro na Amazônia; • Aproveitamento de áreas desmatadas e geração de emprego; • Capacidade de competir no mercado internacional; • Produção por pequenos produtores autônomos; • Geração de divisas; • Abundância de terra e relativa de mão-de-obra; • Reduzido impacto ambiental; e • Reforma agrária em áreas improdutivas.

Fonte: Organizado por Cruz a partir de Homma et al. (2000).

Superando essas restrições e aproveitando suas vantagens, o Pará pode aproveitar o ambiente favorável para novos investimentos na cultura do dendê, haja vista que o país ainda não é auto-suficiente na produção do óleo de palma e palmiste e a demanda no mercado mundial continua aumentando (HOMMA et al. 2000).

2.3 As iniciativas do Governo do Estado do Pará para o desenvolvimento do dendê

A implantação do cultivo do dendê no estado do Pará pode ser considerada como estratégia do Estado brasileiro, via ditadura militar, para ocupação e desenvolvimento da Amazônia, ou seja, se encontra dentro da filosofia dos grandes projetos agropecuários que se implantaram na região a partir da década de 1960.

Aproveitando-se da política do Governo Federal para a região e sendo o Pará o estado que reunia as melhores condições (Edafoclimáticos e territoriais) para implantação de projetos em escala agroindustrial, o Governo do Estado a partir 1964, através do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp), estabeleceu um planejamento para a implantação da cultura do dendê no Pará (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA DO PARÁ 1992).

O Projeto⁴ compreendia a plantação inicial de 1.000 hectares de dendê e a instalação de uma usina processadora com capacidade de esmagamento de 06 (seis) toneladas de cachos por hora, com possibilidade de ampliação futura para até 12 toneladas cacho/hora. Neste projeto, caberia ao governo, além da implantação de 1.000 hectares, a organização de uma cooperativa que exploraria a plantação; fornecimento de mudas; assistência técnica e; sugeriria os membros da cooperativa que iriam gerenciar a plantação e a unidade industrial.

Aos agricultores que iriam fazer parte da cooperativa era necessário ter pelo menos 05 hectares da cultura do dendê, bem como seriam estimulados a formar mais 2.000 hectares de plantio de forma autônoma. No entanto, esse projeto não foi executado, pois a mudança de regime político - implantação da ditadura militar - levou ao redirecionamento na política de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, levando o mesmo a ser abandonado (DFP 1983).

A outra tentativa de implantação da cultura do dendê no Pará ocorreu na gestão de Fernando Guilhon, governador do Pará, que se aproveitando das condições geradas pelo projeto da Denpasa, em Jenipapauba (Benevides), implantou um projeto piloto com pequenos agricultores no entorno desse projeto. Este projeto visava inicialmente à implantação de 1.500 hectares de cultivo de dendê, que depois se ampliou para 3.000 hectares (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA DO PARÁ 1982).

Foi através desse projeto, que surgiu a produção com pequenos produtores no estado do Pará, que mesmo não estando diretamente associados à produção da Denpasa, formaram cooperativas e expandiram suas áreas de cultivo, formando a Cooperativa Paraense, localizada no município de Santa Izabel, e posteriormente a Dentauá, resultante da cisão com a Cooperativa Paraense.

Depois dessas experiências, e após o boom do dendê nas décadas de 1980 e 1990, foi somente no final da década de 1990, na gestão do governador Almir Gabriel⁵, que o Pará reassume o dendê como projeto de estado.

⁴ Este projeto estava sob a coordenação da Secretaria de Produção do Estado.

⁵ O que motivou o lançamento do projeto dendê pelo Governo do Estado foi uma visita que o governador fez à Malásia, grande produtora de dendê, e viu o potencial de inclusão social que representava essa cultura naquele país.

As experiências do passado e o avanço nas pesquisas científicas, realizadas pela Embrapa, têm levado os pesquisadores a estarem mais otimistas ao desenvolvimento do dendê na região. Levando Adilson (Serrão 2002), chefe do Centro de Pesquisa Agroflorestal do Trópico Úmido (CPATU), a afirmar “[...] que no momento atual o dendê tem maiores probabilidades de gerar emprego e renda e ser um diferencial econômico para a região, em função do que já existe e da adaptação dessa palmeira a região [...]”

Outro autor que chama a atenção para as possibilidades da expansão do dendê no Pará é (Homma et al. 2000), para quem a experiência do passado e sua condição de maior produtor brasileiro abrem-lhe vantagens sobre outras regiões concorrentes desse tipo de projeto. No entanto, é preciso potencializar as vantagens e avançar na correção de problemas que inibem o pleno desenvolvimento da cultura.

3. O dendê na nova política do estado do Pará: o projeto de agricultura familiar do dendê e a verticalização da produção

O projeto de agricultura familiar do dendê e o estímulo a verticalização da produção desta cadeia produtiva foram implantados a partir de 1996, na gestão do governador Almir Gabriel. Com uma proposta de governo intitulada “Novo Pará”, o governo pretendia reestruturar as bases produtivas do Estado, por isso o desejo de incentivar a produção do dendê e sua verticalização.

O contexto político econômico em o governo assume o estado do Pará é marcado pela crise do welfare State; levando este a implementar reformas de cunho neoliberais no intuito de acompanhar as transformações impostas pelo processo de globalização.

Essas transformações colocaram o Estado diante do dilema, de dar e garantir as condições sociais que foram criadas pelo welfare State, e/ou avançar em direção a reformas que procuram adequar a estrutura do Estado ao mercado, procurando viabilizar a acumulação de capital à custa de um grande ônus social para sociedade.

Para (Acselrad 2002), as transformações dos paradigmas produtivos e dos cenários sóciopolíticos em escala internacional, a partir dos anos oitenta, fizeram com que os Estados nacionais passassem a ser representados cada vez menos como fronteiras defensivas de proteção de territórios politicamente delimitados, atuando progressivamente como plataformas ofensivas para a economia mundial.

Dentro desse novo paradigma produtivo e de Estado, onde se procura esvaziar muitas funções do estado desenvolvimentista e planejador do passado, (Castells 1999) faz um alerta quanto ao papel e à função a serem desempenhados pelo Estado. Para isso o autor analisa o êxito econômico-social alcançado pelo Estado desenvolvimentista no leste asiático e adverte para o papel que o Estado e a sociedade civil têm como indutores do desenvolvimento, não sendo possível nem admissível que o formato do Estado tome como parâmetro única e exclusivamente o formato requerido pela dinâmica de mercado.

Correlacionando a ressalva de Acsegrad e Castells quanto aos impactos das transformações decorrente do processo de globalização na estrutura do estado, observamos que no estado do Pará a gestão de Almir Gabriel⁶, aparece como uma atuação dúbia, pois ao mesmo tempo em que realiza as reformas demandadas pelo estado neoliberal, aparece em seus planos como provedor de serviços e indutor do desenvolvimento, deduzindo-se assim que a reforma que foram implantadas não visavam reduzir o Estado (estado mínimo), mas resgatar a capacidade de intervenção do poder público.

Dessa maneira, a reforma do Estado é entendida como um esforço de tornar mais eficiente e acessível à prestação dos serviços públicos, de reordenar e reequilibrar as contas estaduais, bem como de retomar a capacidade financeira de investimentos governamentais, tem sido um compromisso prioritário desde o início do meu governo (PARÁ 1998).

A introdução de instrumentos político-institucionais que denotam o processo de reforma que já vinha ocorrendo no Brasil é visualizada a partir da gestão do governo de Almir Gabriel (1996 a 2003) que através dos PPA estaduais (1996/1999 e 2000/2003) implementa reformas objetivando a construção de um “Novo Pará”.

A criação das Secretarias Especiais de Estado⁷ e do Colegiado de Gestão⁸ é um marco institucional que mostra o esforço do Governo do Estado em seguir as reformas

⁶ Foram analisados os Planos Plurianuais de Ação (PPA) de 1996 e 2000, além de suas mensagens de governo.

⁷ As Secretarias Especiais são formadas pela secretaria de: Estado de Governo, Gestão, Infra-estrutura, Produção, Defesa Social, Proteção Social e Promoção Social

que vinham sendo implementadas pelo Governo Federal, bem como mostram um novo marco no planejamento do desenvolvimento do Estado via elaboração dos PPA.

O programa de governo estabelecido pelos PPA,s dos anos de 1996 e 2000 também é um importante referencial neste sentido, pois procura demonstrar a necessidade de reformar o Estado diante das necessidades impostas pelo contexto internacional (globalização) e a necessidade de reestruturação do mesmo.

A reforma e a modernização administrativa do Estado brasileiro, na qual se sobressai à redefinição do poder público na sociedade [...] implica em colocar em debate não somente o enxugamento e a reorganização do aparelho estatal, mas também a redefinição clara de objetivos e competência dos diversos níveis de governo, fundamental à construção de um novo pacto federativo e revisão da questão regional no Brasil (PARÁ 1995).

Se atentarmos para as propostas contidas nos PPA,s de 1996 e 2000, verificaremos que os mesmos têm o seguinte objetivo: a construção de um projeto de estado assentado no cumprimento inflexível de princípios de racionalidade, moralidade e de prevalência do interesse coletivo associado à construção de um projeto de desenvolvimento.

Para alcançar essas metas previstas⁹ é preciso promover a reforma do Estado, para que ele seja mais eficiente na arrecadação e nos gastos públicos, recuperando assim, seu poder de intervenção, e transformar a base produtiva, mediante a implantação de cadeias produtivas¹⁰ que visem inserir o “Novo Pará”, tanto na dinâmica econômica nacional, quanto internacional comandada pelo processo de globalização.

Para alcançar esses objetivos, foram implantadas reformas administrativas que visam reestruturar o aparelho de estado tornando-o mais eficiente. Dentre essas

⁸ O Colegiado de Gestão Estratégica é integrado pelos Secretários Especiais de Estado, sob a presidência do Governador do Estado que tem como atribuições: I - estabelecer diretrizes e deliberar sobre políticas públicas, programas e ações estratégicas que se efetivam no Estado do Pará; II - atuar como instância superior de articulação e integração das ações das Secretarias Especiais de Estado; III - avaliar o desempenho das ações decorrentes da execução dos programas e ações estratégicos.

⁹ Construção de um pacto social de longo prazo, orientado para o combate a pobreza e a recuperação da qualidade de vida da população.

¹⁰ A construção do novo Pará esta assentado na verticalização mineral, implantação de cadeias agroindustriais e no turismo.

reformas destaca-se a criação da Secretaria Especial de Gestão em substituição à de Planejamento e Gestão, e a Secretaria Especial de Produção. Ambas têm atribuições bem específicas; a de Gestão visa à reordenação da máquina administrativa, visando à melhoria do quadro técnico e a maior eficiência das funções públicas, a recuperação da capacidade de investimento do Estado e a democratização e descentralização da gestão administrativa; e a de Produção visa ampliar a base produtiva mediante o estímulo para implantação e fortalecimento de cadeias produtivas.

Todas essas reformas, objetivam mudanças na estrutura produtiva que está assentado no setor extrativo mineral e vegetal para uma estrutura produtiva voltada para diversificação e verticalização da produção mediante o incentivo à implantação de cadeias produtivas direcionadas para pecuária, dendê, coco, móveis e mineração.

Essa nova etapa de incentivo a exploração do dendê no estado do Pará, marcada pelo Programa de Agricultura Familiar de Dendê e pela política de verticalização da produção, foi motivada por uma viagem que o governador Almir Gabriel fez a Malásia, “quando de seu retorno [...] pediu que fossem apresentadas diretrizes e ações visando à expansão e consolidação da cultura do dendê no Pará” (Declaração do Presidente da Faepa 1995).

Isto foi feito através de um estudo chamado “Diretrizes para Expansão da Dendeicultura no Estado do Pará”, realizado pela Faepa. O objetivo desse estudo era mostrar a importância socioeconômica, política e ambiental da dendeicultura para o desenvolvimento sustentável da cultura no estado, haja vista o mesmo dispor de condições edafoclimáticas favoráveis ao dendê.

Um outro documento, também nesse direcionamento, foi um estudo realizado pelo Grupo de Estudo de Projetos Estratégicos (GEPE), em 1997, intitulado “Agroindústria do óleo de palma”, que tem no seu escopo as justificativas para o incentivo à implantação, expansão e verticalização do dendê no Estado do Pará.

O estudo mostra que a implantação, a expansão e a verticalização do dendê no estado do Pará pode ser feita em bases sólidas, considerando que o consumo de oleaginosas no mercado externo está em permanente crescimento. O consumo do óleo do dendê tem crescido mais que as outras oleaginosas, além do que o Pará tem

condições edafoclimáticas ao dendê e pode aproveitar as áreas degradadas pela exploração madeireira e da pecuária, para incentivar a expansão dessa cultura.

O estudo aponta também ser o Nordeste paraense a mesorregião mais promissora para o incentivo e expansão dessa cultura. Isso se justifica pelo fato de que essa mesorregião tem uma localização estratégica, apresentando dentre outras coisas: moderna infra-estrutura de transporte, energia, comunicação, acesso à mão-de-obra e proximidade aos mercados consumidores, principalmente o externo.

Dentro da nova política, o estado tem atuado como estimulador via criação de marcos regulatórios e na criação de condições que facilitem a implantação de projetos. As secretarias especiais de governo, principalmente as de gestão, produção e integração são as responsáveis pela criação desses marcos regulatórios e pelos incentivos diretos e indiretos a expansão do dendê.

Nesse sentido, o estado através da Secretaria de Integração Regional, na condição de principal agente na estruturação do espaço intra-regional, vem implementando uma política de reordenamento territorial na mesorregião do Nordeste do Pará. Esse reordenamento territorial tem como fundamento a implantação, expansão, e verticalização de cadeias produtivas como a do dendê. Um bom exemplo dessa política é o Sistema de Integração do Leste Paraense (SILP), onde se destaca a construção da Alça Rodoviária.

Essas obras¹¹ de forma direta e indiretamente beneficiam o pólo dendeícola, induzindo a expansão e a verticalização da produção do dendê, principalmente a Alça Rodoviária, que liga a Região Metropolitana de Belém ao leste do Pará, ou seja, a parte sul do pólo dendeícola, onde estão localizados os grandes projetos de dendê e a experiência de agricultura familiar, à parte central e norte desse mesmo pólo.

Isso demonstra que a participação do Estado tem sido de fundamental importância na consolidação da cadeia produtiva do dendê. Sendo que este na atualidade como no

¹¹ Implantação da hidrovía do Capim – 770 km; Restauração e pavimentação da PA-124 – Capanema/Santa Luzia; Pavimentação da PA-253 – Irituia/Capitão Poço; Pavimentação da PA-256 - Paragominas/Rio Capim; Rodovia Castanhal/Apeú; Duplicação da BR-316 – Belém/Castanhal; Pavimentação da PA-124 - Capitão Poço/Ourém; Pavimentação da PA-140 - Tomé-Açu/Concórdia/Bujaru ; Pavimentação da PA-252 - Acará/Concórdia/ Mãe do Rio; e Sistema de Integração do Pará – Alça Rodoviária.

passado, tem utilizado também os mesmos discursos para justificar a implantação do projeto de agricultura familiar do dendê. Os projetos visam à recuperação de áreas degradadas e à inserção dos agricultores numa atividade econômica que lhes possibilite aumentar sua renda, além de ser uma atividade que demanda processo de industrialização, possibilitando ao Estado incentivar sua política de verticalização produtiva.

Após essa política do Estado, foi implantada uma usina de refino de óleo de palma, a Companhia Refinadora da Amazônia (CRA); uma indústria de produção de cremes e margarina - a UGA, e uma fábrica de biodiesel, além do projeto de agricultura familiar do dendê em parceria com a AGROPALMA.

O projeto de agricultura familiar do dendê foi inicialmente implantado no município de Concórdia do Pará. No entanto, por problemas relacionados à distância da usina processadora, a área de produção não pode estar a mais de 60 km da usina de processamento do fruto, e o plantio em lotes distantes um do outro, levou o governo, através da Sagri, braço executivo do governo, a escolher uma outra área, o município do Moju, para implantação do projeto. Sendo assim, mais uma vez o projeto com os pequenos produtores associa-se com uma grande plantação – nesse caso a AGROPALMA.

A escolha do município do Moju ocorreu porque a AGROPALMA se interessou pelo projeto, que mediante a participação de vários órgãos governamentais decidiu fazer parte do projeto. Dessa forma, podemos dizer que o projeto é fruto de uma parceria entre Estado e a empresa. O Estado entrou como incentivador e articulador do projeto envolvendo várias instituições e órgãos¹² dos governos federal e estadual e a AGROPALMA comprometeu-se em financiar o projeto, que ficou orçado em R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), além de auxiliar na sua implantação.

Em função das condições impostas pela empresa, o município escolhido para o projeto foi Moju, no nordeste do Pará, na parte sul do pólo de dendê. O projeto iniciou em 2002 com 50 produtores, sendo que o mesmo já está na sua 3ª etapa, alcançando 1500 hectares e 150 produtores.

¹² Dentre os órgãos participantes podemos citar: BASA, Emater, Sagri, Iterpa e Prefeitura Municipal de Moju

Inicialmente cada família recebeu 12 hectares, sendo 10 para plantio de dendê, 1 de estrada e 1 para cultivo de subsistência, sendo que este último não tem sido mais incentivado pela empresa. A previsão de colheita inicia-se a partir do 3º ano, sendo que a partir do 4º ano o projeto já apresenta condições para se auto-sustentar. A partir do 3º ano, a renda bruta anual pode chegar a de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por produtor, sendo que a partir do 7º ano, a renda bruta poderá alcançar R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e a renda líquida 12.000,00 (doze mil reais).

É importante ressaltar que a inclusão dos pequenos produtores no circuito produtivo da AGROPALMA é de extrema importância para a empresa, haja vista que a expansão da sua produção perpassa pela aquisição de mais terra, elemento cada vez mais escasso e caro, 80% das terras na Amazônia devem ser mantidas como reserva legal, o que encarece o investimento em virtude da imobilização do capital.

Outra vantagem dos pequenos produtores para a AGROPALMA, é que a empresa através da circulação controla a produção, eximindo-se da contratação de mão-de-obra e dos gastos com encargos trabalhistas, sendo dessa forma um excelente negócio para a empresa. Já para o governo é também um bom negócio, pois está dentro de seu plano de governo, representando assim a materialização de parte do conteúdo dos PPA,s, mostrando para a sociedade que esse é o caminho a ser seguido no campo, a parceria entre grandes empresas e a agricultura familiar.

4. Considerações Finais

Ultimamente a discussão sobre o desenvolvimento em macro escala tem estado um pouco arrefecida; tem se falado em desenvolvimento sustentável a partir dos arranjos produtivos locais. Dentro dessa discussão, a partição do estado e do capital não tem estado em evidência. Isso ocorre talvez em função dos fracassos que foram as políticas de desenvolvimento desenhado pelo estado em parceria com o capital na Amazônia.

No entanto apresentamos neste artigo, uma experiência que logrou êxito, logo os recursos em pesquisa, incentivos fiscais e creditícios não foram desperdiçados. A cultura do dendê é uma realidade na Amazônia, e apresenta-se como uma excelente oportunidade de negócio para região, atendendo o requisito do capital, do estado e da questão ambiental.

Mesmo sendo um negócio que demanda muito capital e tecnologia, as experiências do passado e as atuais, como os grandes e pequenos projetos que foram implantados, tem se mostrado eficientes na geração de riqueza e desenvolvimento na região.

A experiência do dendê na Amazônia demonstra que nem todos os projetos implantados pelo estado fracassaram, levando-nos a perguntar qual a causa do seu sucesso? Vários fatores contribuíram para isso, mas com certeza sem o empenho das partes envolvidas isso não teria ocorrido.

O desenvolvimento do dendê na Amazônia estava associado a uma política de estado, que estimulou diretamente a pesquisa, concedeu crédito, e deu incentivos fiscais e creditícios; isso levou muitos empresários a acreditarem no negócio e hoje tocam seus empreendimentos de forma quase autônoma, pois muitos para se expandirem não necessitam mais de apoio do estado, utilizando-se apenas de incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais.

Isso tem acenado com um futuro promissor para a cultura do dendê na Amazônia, haja vista ser nesta que está localizada a maior área apta para o dendê; pode ser implantada em áreas degradadas, o que a torna interessante do ponto de vista ambiental; pode ser feito em parceria com pequenos produtores, podendo inserir milhares de famílias na cadeia produtiva do dendê, levando a saírem da condição da pobreza na qual se encontram.

5. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri.2002. Território e poder – a política das escalas. In: FISCHER, Tânia (Org.) Gestão do desenvolvimento e Poderes locais. Marcos teóricos e avaliação.

BASTOS, Therezinha Xavier. 2000. Aspectos agroclimáticos do dendezeiro na Amazônia oriental. In: VIEGAS, Ismael de Jesus et al. A cultura do dendezeiro na Amazônia brasileira. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

CASTELLS, Manuel.1999. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 1, A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.

COSTA, Francisco de Assis. 1995. Amazônia: modelos econômicos, ideologia e história. In: CASTRO, Edna et al. (org.) Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPA.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE AGRICULTURA - PARÁ. 1983. A oleicultura paraense: informativo técnico. Belém. n. 12.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO PARÁ. 1999. Diretrizes para expansão da dendeicultura no Pará. Belém, 1995.

HOMMA, Alfredo K. O. et al. 2000. Bases para uma política de desenvolvimento da cultura do dendezeiro na Amazônia. In: VIEGAS, Ismael de Jesus et al. A cultura do dendezeiro na Amazônia brasileira. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000.

INSTITUTE DE RECHERCHES POUR LES HUILES ET LES OLEAGINEUX. 1976. Relatório do diretor de pesquisa. In: SOCFINCO DO BRASIL Ltda. Amazônia: 1.000.000 de toneladas de óleo de dendê. Proposta para primeira etapa do projeto. Vol. 2. 1976.

PANDOLFO, Clara M. 1981. A cultura do dendê na Amazônia. Belém: Sudam, 1981.

PARÁ, Governador do. 1995. Mensagem à Assembléia Legislativa. Belém, 1995.

_____. 1998. Mensagem à Assembléia Legislativa. Belém, 1998.

SECRETARIA EXECUTIVA DE AGRICULTURA. 1992. Projeto dendê. Santa Izabel do Pará, 1992.

_____. 1982. Projeto de implantação da cultura do dendê em áreas degradadas de pequenos produtores rurais. Belém, 1982.

SANTOS, Marcos Antonio S. dos. et al. 1998. O comportamento do mercado de óleo de palma no Brasil e na Amazônia. Estudos setoriais, 11. Belém: BASA, 1998.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. 1969. SUDAM e cultura do dendê na Amazônia. Belém, 1969.